

**Linda M. Heywood (trad. Pedro Maria Soares) (2019) *Jinga de Angola. A rainha guerreira da África*. Todavia: São Paulo (ISBN 978-85-88808-60-7) Ebook**

Elisa Scaraggi

Dois anos depois de sua publicação pela Harvard University Press, o livro da historiadora Linda M. Heywood dedicado à lendária rainha Jinga ganhou sua primeira edição em português, pela editora brasileira Todavia. Com narração fluida e clara, a autora alcança um dos objetivos que tinha proposto ao começar o trabalho, ou seja, escrever um livro “que leitores tanto do mundo acadêmico quanto do público em geral se sentissem à vontade para ler” (Heywood 2019, 294/313). Porém, não são só as qualidades de escritora de Heywood que capturam os leitores, mas também a figura excepcional desta rainha guerreira. A fascinante vida de Jinga permite que examinemos a história de Angola no começo da invasão portuguesa focando em “questões de poder, liderança, gênero e espiritualidade” (Ibid., 7/313).

Nascida por volta de 1583 no seio da família real do reino ambundo de Ndongo, Jinga lutou durante toda sua longa vida para que o reino dos seus antepassados mantivesse sua independência frente à invasão europeia. Ao longo dos séculos XVI e XVII, a presença dos portugueses nos territórios da atual Angola foi se intensificando cada vez mais, alimentada pela crescente necessidade de arrebataram escravos para as colônias da América. Isso trouxe grandes mudanças na economia da região —que passou a ser dominada pelo tráfico—, mas também teve um impacto social e cultural duradouro já que, além das armas, os portugueses traziam consigo um novo sistema de valores. Parte do sucesso de Jinga deve-se a sua capacidade de compreender e incorporar esses valores e de os usar a seu favor.

O livro de Heywood mostra como a vida de Jinga foi marcada por sua habilidade de se adaptar a vários contextos socioculturais e assumir diferentes identidades conforme as necessidades políticas do momento. Sua carreira política começou em 1622, quando liderou uma missão diplomática em Luanda —capital da Angola portuguesa— enviada por seu irmão Ngola Mbande, então rei de Ndongo. Além de provar o seu talento conseguindo negociar condições favoráveis para Ndongo, nesta ocasião Jinga também demonstrou sua capacidade de incorporar sistemas de valores alheios que a ajudassem a atingir seus objetivos políticos. Foi em Luanda que, apesar da “desafiadora exibição de orgulho pelas tradições e pela cultura de Ndongo” (Ibid., 64/313) com a qual impressionou fortemente as autoridades portuguesas, Jinga

também decidiu se converter à religião católica, ciente da importância crescente que o catolicismo adquiriria na região.

A conversão não resultou na submissão de Jinga às autoridades portuguesas, ao contrário do que elas esperavam. Longe disso: assim que foi proclamada rainha, Jinga se comprometeu a enfrentar os portugueses para recuperar o domínio sobre os territórios ocupados do reino. A rainha conseguiu criar uma base de apoio transversal entre os chefes locais (*sobas*), atraindo para seu lado mesmo os que até então tinham sido fiéis aos portugueses. Isso permitiu que Jinga levasse adiante uma guerra de guerrilhas contra os portugueses, ameaçando concretamente a estabilidade do poder econômico e territorial que eles tinham construído na região. Décadas mais tarde, aquando da invasão batava (1641), a capacidade de Jinga de negociar e forjar colaborações estratégicas se concretizará na aliança com os holandeses, sancionada por um tratado assinado pelo príncipe de Orange e representantes da poderosa Companhia das Índias Ocidentais.

Não é comum que líderes africanos fossem tratados como pares pelos colonizadores europeus, menos ainda as mulheres. Contudo, tanto na guerra como na política, Jinga contrariou os estereótipos comumente associados ao gênero feminino. Heywood descreve a rainha como uma mulher poderosa, astuta, valente, obstinada e, em várias ocasiões, violenta. Uma mulher que cuidava da aparência e exibia trajes suntuosos enquanto também era mestre no machado de guerra, arma símbolo da realeza de Ndongo, que Jinga teria usado com perícia até os 70 anos.

Suas habilidades militar e política, junto às notícias sobre sua promiscuidade sexual, contribuíram para criar a imagem de uma mulher degenerada entre os europeus da época. O preconceito contra Jinga aumentou quando a rainha se juntou aos guerreiros Imbangalas e adotou os rituais desta tribo, conhecida por praticar sacrifícios humanos, canibalismo e infanticídio. Ao assumir essa nova identidade, Jinga se tornou ainda mais temível aos olhos dos portugueses, preparando sua volta à cena política depois de ter sido derrotada em batalha e obrigada a fugir.

A transformação em líder Imbangala não seria a última reviravolta na vida da rainha. Já em seus últimos anos, Jinga voltou à religião católica e repudiou os costumes dos seus antepassados, se comprometendo oficialmente em viver segundo os ditames da Igreja e em converter seus súditos. Antes que uma crise mística, as raízes desse gesto refletem uma análise lúcida e pragmática da situação política, pois era cada vez mais claro que os portugueses não seriam derrotados pelas armas nem iriam deixar tão cedo os territórios ocupados: as chances de o reino de Jinga sobreviver no longo prazo dependiam de se apresentar como cristão, sob a

proteção direta do pontífice. A última fase da vida de Jinga foi dedicada a criar uma relação direta com o papa para que seu reino fosse reconhecido enquanto reino católico: Jinga alcançou seu objetivo e chegou a se corresponder com o papa Alexandre VII, que nas suas cartas para ela usava a fórmula “Querida em Cristo, nossa filha Ana, rainha Nzinga” (Ibid., 200/313).

Conta a lenda que a rainha estava predestinada a grandes façanhas desde o seu nascimento, tendo chegado ao mundo com o cordão umbilical enrolado no pescoço, o que na tradição do seu povo anunciava uma vida fora do comum. Muito além do mito, a história contada por Heywood revela como Jinga soube construir estrategicamente sua chegada ao poder e como conseguiu se manter firme na liderança durante quase quatro décadas, até sua morte aos 81 anos. A potência e a longevidade da rainha parecem ainda mais extraordinárias se considerarmos o papel secundário que geralmente cabia às mulheres da época e a duração média de vida. Contudo, é preciso dizer que há alguma controvérsia entre os especialistas sobre a longevidade de Jinga, como lembra o historiador brasileiro Luiz Felipe De Alencastro no posfácio da obra (Ibid., 294/313). Essa disputa ilumina uma verdade da pesquisa histórica: as mesmas fontes podem ser lidas e interpretadas de maneira diferente por historiadores diferentes.

A propósito das fontes, a autora chega a mencionar a história oral como válida contrapartida africana à documentação que usou e que, inevitavelmente, foi escrita em sua maioria por europeus. Heywood faz referência à persistência de algumas narrações orais a respeito de Jinga – não só na África, mas também no Brasil, nas comunidades de descendentes de africanos escravizados. Porém, a autora nunca aprofunda essa questão, deixando só escassas informações sobre o argumento em algumas notas soltas. Seria interessante saber a quais fontes orais a autora recorreu e como elas corroboram ou contrariam a narrativa europeia.

No último capítulo, Heywood conta como a figura da rainha do Ndongo e Matamba conseguiu sobreviver ao passar do tempo e chegar até o nosso presente. Assim como a vida de Jinga, esse percurso não foi linear. Após séculos sendo considerada a personificação da imoralidade por pensadores europeus, Jinga foi promovida a ícone da resistência ao colonialismo, e sua figura passou a ser celebrada em obras literárias e monumentos durante a guerra de libertação angolana (1961-1975) e no pós-independência. Segundo Heywood, a colossal estátua de Jinga inaugurada em 2003 no largo do Kinaxixe, em Luanda, consagrou definitivamente a rainha guerreira como a “Mãe da Nação” angolana (Ibid., 240/313). Escreve a autora que a estátua “[...] atraiu os angolanos de todas as origens linguísticas e étnicas, que passaram a considerá-la não só um símbolo de resistência, mas uma mãe severa que nutria seus filhos na nova nação” (Ibid., 240/313). Essa afirmação soa algo ilusória: num contexto conflitivo

como o de Angola, onde a guerra civil se arrastou por quase três décadas (1975-2002) e onde velhos rancores permanecem vivos até hoje, a memória nacional não costuma ser um campo consensual. Embora Heywood seja uma das poucas historiadoras do início da colonização de Angola que tem se interessado também pela história contemporânea do país (Ibid., 244/313), sente-se falta aqui de uma discussão crítica sobre o uso da história para fins políticos, sobre a construção da ideia de nação segundo as aspirações de quem está no poder. Já que a autora está preparando um novo livro dedicado inteiramente à memória de Jinga, esperamos que essa questão seja devidamente tratada no futuro.